

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) aprovou, na noite desta quinta-feira, 17, em Bagé, seu primeiro Regimento Universitário, documento que regula todos os processos de gestão e de representação dentro da Instituição. Conforme os membros da Comissão Especial de Elaboração do Regimento da UNIPAMPA, composta por membros do Conselho Universitário (CONSUNI), a nova norma será um balizador de todas as atividades, funções, tomadas de decisão e da estrutura hierárquica da Universidade.

Os quase 11 meses de trabalho que culminaram na aprovação dos artigos foram importantes para que toda a Universidade se envolvesse no processo, salienta a pró-reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários e presidente da Comissão, Laura Fonseca. A ampla discussão das matérias que compuseram o Regimento, levada aos *campi* em diferentes ocasiões, refletiu-se no momento da aprovação definitiva. Ao final de apenas um dia, o documento foi votado por completo, sendo que eram esperados pelo menos dois ou três dias de reunião sobre o assunto, conforme o coordenador administrativo do Campus Caçapava do Sul e membro da Comissão, Carlos Arthur Dias.

A diretora do Campus Santana do Livramento e relatora do regimento, Débora Hoff, destaca o modo como a equipe trabalhou no documento, desde a formação do grupo de trabalho em 2009, e, posteriormente na forma de comissão implantada no CONSUNI. “O documento foi elaborado seguindo os grandes preceitos do que a Universidade quer para si”, afirma. Para a relatora, traz tranquilidade saber que está aprovado o documento norteador de todas as atividades da Universidade. Com a norma, focada na complexidade da realidade multicampi e descentralizada da UNIPAMPA, os caminhos a serem tomados ficam mais definidos e as atividades nos *campi* se tornarão ainda mais equalizadas.

A presidente da Comissão, Laura Fonseca, explica que o Regimento não detalha totalmente o Estatuto Universitário, aprovado em 2009, mas sim é a norma que regula este. Entre as definições estabelecidas no novo documento, estão as competências e atribuições dos coordenadores administrativos e acadêmicos, bem como dos coordenadores de curso, conforme exemplifica Carlos Arthur Dias. O Regimento, ainda, cria e define as atribuições das Comissões Superiores de ensino, pesquisa e extensão, acrescenta Dias.

O próximo desafio é a aplicação do Regimento. A partir de agora, outras regulamentações serão trabalhadas, como os regulamentos dos *campi*, além da adaptação de todos os setores da administração universitária às novas definições.

**Aline Reinhardt para Assessoria de Comunicação Social**